



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Deixai vir a mim os pequeninos: apontamentos de uma soteriologia infantil numa perspectiva Reformada

Let the little ones come to me:

notes to a infant Soteriology in a Reformed perspective

Gladson Pereira da Cunha*

Resumo

A proposta deste artigo é ser uma revisão de literatura com o objetivo de demonstrar que a teologia Reformada se ocupou da preocupação de pais crentes em relação aos seus filhinhos em sua elaboração teológica, demonstrando por meio de autores reformados de tradição calvinista e presbiteriana.

Palavras-chave

Teologia. Teologia Reformada. Soteriologia. Crianças.

Abstract

The purpose of this article is to be a literature review in order to demonstrate that the Reformed theology was concerned with the concern of Christian parents in relation to their little children in their theological preparation, demonstrating through Reformed writers of Calvinist and Presbyterian tradition.

Keywords

Theology. Reformed Theology. Soteriology. Children.

Introdução

A teologia existe para dar respostas. Existem questões aos montes que a teologia tem que responder. Desde aquelas que parecem estar no centro dos mais memoráveis debates teológicos da história como as questões existenciais do dia a dia de pessoas comuns. E no trato pastoral, é possível considerar que este último gênero de questionamento é o mais presente. Portanto, a maioria das respostas dos teólogos tem

[Texto recebido em março de 2015 e aceito em dezembro de 2015, com base na avaliação cega por pares realizada por pareceristas ad hoc]

Este trabalho é o resumo do Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) apresentado à Universidade Presbiteriana Mackenzie para conclusão da Graduação em Teologia, em 2006, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José do Nascimento Filho.

* Bacharel em Teologia (Mackenzie). Especialista em Filosofia e Psicanálise (UFES). Mestre em Ciências da Religião (Mackenzie). Doutorando em Teologia (PUC-Rio). Professor de Teologia (Centro de Ensino Superior Fabra, Serra/ES). E-mail: gladsoncunha@gmail.com

como alvo o questionamentos de pessoas que, no seu cotidiano, se veem diante de problemas na fé.

Destro dessa dinâmica, não são raros questionamentos que têm como alvo as crianças, uma vez que as elaborações teológicas parecem ter mais a ver com adultos do que com crianças. E como, no meio Reformado e evangélico conservador, a pergunta mais importante que se tem é aquela que eco das masmorras de Filipos: *O que devo fazer para ser salvo?* (At 16.30). Logo, a segunda se torna: E meus filhos? Como eles podem ser salvos?

A proposta deste artigo é ser uma revisão de literatura com o objetivo de demonstrar que a teologia Reformada se ocupou dessa preocupação paterna ao construir seu *edifício teológico*, cuja resposta pretende-se apresentar no decorrer dessa discussão.

1 A Teologia Federal: considerações Iniciais

A chamada *Teologia Federal* ou *Teologia Pactual* foi um conceito desenvolvido através da cristandade até alcançar sua forma final com Johannes Cocceius (1603-1669) que, segundo Karl Barth, “*representa a teologia federal numa forma que não é somente a mais perfeita, mas também a mais madura, a mais forte e a mais impressionante*”.¹

Embora a sua teologia não fosse algo totalmente original,² Cocceius entrou para a história da Teologia como o *Pai da Teologia Federal*. Ao contrário dos teólogos sistemáticos da sua época que desenvolviam suas ideias teológicas a partir de reflexões lógicas, Cocceius, que era um erudito das línguas originais, procurou desenvolver um trabalho tendo como o ponto de partida as Escrituras, fazendo uma leitura histórico-teológica e extraíndo desta observação os temas teológicos.

Entre os vários trabalhos escritos por ele, encontra-se o *De Foedere et Testamento Dei*,³ a sua principal obra, na qual Cocceius estabelece as bases de sua teologia. Para ele, a relação entre Deus e o homem é representada como um pacto que, à primeira vista, é como uma ordenança divina (no sentido expressado pelo gr. *διαθήκη*, *unilateral*) e, posteriormente, como um pacto *bilateral* entre Deus e o homem.⁴

O Pacto, em sua definição, é meio como Deus faz que seu amor seja conhecido pelo homem, e também como este homem pecador poderá se unir e manter comunhão

¹ BARTH, Karl. *Church Dogmatics*. 4 v. Edimburgo: T. & T. Clark, 1936-1969. IV: 1: p. 59.

² A teoria de Cocceius havia sido trabalhada por muitos outros autores sob influência da Reforma Protestante, mais por teólogos de influência calvinistas como por exemplo Gaspar Olevianus, coautor do Catecismo de Heidelberg, e Heinrich Bullinger, autor da Segunda Confissão Helvética. Por isso, alguns não consideram Cocceius o pai da teologia federal, porém, acreditam que ele pode ser considerado mais como o sistematizador da teologia federal do que o seu pai. Entretanto, prefiro o grupo que o reconhece como o PAI dessa escola teologia. Cf. MÜLLER, Ernest Friedrich Karl. Cocceius. In: JACKSON, Samuel Macauley [Ed.]. *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*. v. 3. New York: Funk & Wagnalls Co, 1909. p. 150.

³ Esta obra recebe em inglês o título “*Summary of the Doctrine Concerning the Covenant and Testament*” (*Sumário da Doutrina Concernente ao Pacto e ao Testamento*).

⁴ MÜLLER, 1909, p. 150.

com ele.⁵ Ele como a maioria dos seus antecessores reconheceu o esquema de um duplo pacto, demonstrando que ambos tinham como finalidade conduzir o homem a alcançar a justiça e felicidade. Para uma humanidade obediente e fiel, Deus oferece a vida eterna através do pacto de obras. Quando ela está decaída, Deus busca redimi-la através do pacto da graça.⁶ Assim, falando do pacto da graça, Cocceius afirma que este pacto é um evento que ocorre na divindade, sendo uma aliança entre o Pai e o Filho, com o propósito de redimir a humanidade. Por conseguinte, à semelhança de Calvino, a obra redentora é a execução histórica do que foi firmado entre a divindade.⁷

O trabalho de Cocceius foi o de combinar as várias proposições que surgiram desde o período da Reforma, como expostas até aqui, com as suas próprias e sintetizá-las formando um corpo doutrinário conciso e substancial. É preciso deixar bem claro que todo os trabalhos de Cocceius parte da premissa de que a Revelação é algo progressivo, conseqüentemente, ela deve seguir uma linha de pensamento do seu início à sua conclusão. Cocceius, portanto, deu forma à doutrina do Pacto com todos os seus elementos que serão melhores observados quando forem trabalhados os fundamentos teológicos.

Em todo o desenvolvimento desta teologia, porém, nunca esteve relacionada como um padrão de fé, isto é, embora fosse uma coerente maneira de se interpretar as Escrituras, não se fazia necessário sua aceitação para participação da Igreja. Isso mudou com a promulgação pelo Parlamento inglês da *Confissão de Fé de Westminster*, em 1649. Desta forma, Teologia Federal de Cocceius finalmente recebeu o *status credal*,⁸ definindo da seguinte forma essa doutrina:

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele, como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido expressar por meio de um pacto.⁹

Assim, pode resumir a seguinte estrutura. Haveria dois pactos. O primeiro deles é chamado de *Pacto das Obras*, que teria sido firmado com Adão e sua esposa e constava de obediência estrita aos mandatos sociais, culturais e espirituais presentes em Gênesis 1 e 2. A quebra deste Pacto acarretaria a morte (Gn 2.17), mas o seu cumprimento a vida eterna,

⁵ KLEMPA, William. O conceito de pacto na teologia reformada continental e britânica dos séculos XVI e XVII. In: KCKIM, Donald K. (Ed.). *Grandes temas da tradição reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998. p. 78-90. à p. 85.

⁶ KLEMPA, 1998, p. 85.

⁷ KLEMPA, 1998, p. 85. Nesta argumentação, permanece uma questão: como pode existir um acordo na divindade sem que se fale da pessoa do Espírito Santo? Não obstante a isso, a Confissão de Fé de Westminster admite que o Espírito Santo é o que aplica a obra de Cristo [CFW X: i], e com isso cumpre o seu papel também na inserção do pecador no Pacto [CFW VII: iii]

⁸ LILLBACK, P. A. Covenant. In: FERGUSON, S. B.; WRIGHT, D. F.; PACKER, J. I. (Eds.). *New Dictionary of Theology*. Downers Grove/Leicester: InterVarsity, 1988. p. 175.

⁹ CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. VII:11, p. 65.

por meio da árvore da vida. A quebra do *Pacto de Obras* pela *Queda* dos primeiros pais entregou toda a humanidade à morte (Rm 5.12,15,19), Deus em sua misericórdia instituiu um novo pacto para a Redenção da humanidade, sendo esse chamado de *Pacto da Graça*. A Confissão de Fé de Westminster define esse pacto da seguinte forma:

O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.¹⁰

Para Berkhof, os adultos somente são admitidos ao pacto voluntariamente, pela fé e confissão, as quais, em sendo verdadeiras, garantem o ingresso tanto ao aspecto externo como ao interno,¹¹ e isto mediante a ação do Espírito Santo. Mas, em sendo falsa a fé, ele pode ser admitido apenas ao aspecto externo, isto é, estará incluso na comunidade pactual, usufruirá das bênçãos temporais que o pacto confere, mas não do duplo benefício, que é a salvação e a santificação. Logo, é possível existir elementos na comunidade do Pacto que não desfrutam integralmente dele.

Mas qual é a situação dos filhos dos crentes¹² nesta situação? Os filhos dos crentes entram na relação legal do Pacto pelo nascimento, o que lhes garante a participação das bênçãos pactuals temporais, mas de modo algum lhes garante a entrada na relação de comunhão de vida.¹³ Os filhos dos crentes, portanto, somente terão acesso à plenitude do pacto pela graça de Deus, que escolheu aqueles que lhe aprouve escolher e os destinar para a vida (Rm 8.29-30; Ef 1.4-5). Nisto, confirma-se que o Pacto da Graça é feito entre Deus e todos os seu eleitos, com a promessa dele ser estendido às demais gerações deste eleitos (At 2.39).

Diferentemente do Pacto de Obras, o Pacto da Graça possui como condições não mais a “*perfeita obediência probatória*”, esta é responsabilidade de Cristo, o Mediador. A única condição requerida é a fé em Cristo.¹⁴ A fim de participar dos benefícios deste pacto, é necessário receber a Jesus Cristo como o Filho de Deus, em quem e por causa de quem as bênçãos pactuals são outorgadas aos homens.¹⁵ Mas quais são estas bênçãos?

¹⁰ CFW, VII:iii.

¹¹ BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. p. 265.

¹² Crentes no texto deste trabalho deve ser entendido no sentido de “*crentes fiéis*” [se é que pode existir outra maneira de ser crente] e não no sentido conotativo, indicando os membros de quaisquer denominações evangélicas brasileiras.

¹³ BERKHOF, 2003, p. 266.

¹⁴ HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001. p. 754.

¹⁵ HODGE, 2001, p. 754.

Deve-se considerar, primeiramente, as bênçãos da vida e da salvação,¹⁶ ou como demonstra Gaspar Olevianus, o duplo benefício da salvação e da santificação, os quais são evidenciadas por diversas bênçãos temporais, e a promessa do Espírito Santo para a plena e livre obra da redenção.¹⁷

O Pacto da Graça, portanto, é a tarefa de Deus em restaurar a sua relação com o homem que, após a Queda, tornou-se alienado dele. Para tanto, Deus pronuncia um novo Pacto, cujo cumprimento não está nas mãos do homem, mas nas mãos do próprio Deus que, mediante o Filho, cumpre ambas as partes do Pacto, cabendo ao homem simplesmente a tarefa de, por fé, reconhecer a Jesus Cristo como o Filho de Deus.

Este pacto foi vivido em dois momentos distintos que a Confissão chama dispensações,¹⁸ que são os aspectos visíveis do pacto da graça. E em cada uma destas dispensações, existia uma comunidade responsável em sustentar o Pacto por meios concedidos pelo próprio Deus.

Dentro de cada uma destas comunidades pactuais as crianças ocupavam um certo destaque. Não eram deixadas de lado nem viviam às margens da comunidade, mas interagem nela sendo alvos da atenção e do cuidado dela, sendo também alvos da atenção do Grande Contratante, Yahweh, o Deus do Pacto, e nesta comunidade é que a criança vivenciava a relação legal do pacto, mas também chegava à compreensão que ela era imensamente maior do que algumas leis rituais.

2 A igreja: a comunidade pactual

O *Pacto da Graça* foi vivido em dois momentos bem distintos, o que Calvino chamou de economia da lei e economia do evangelho. O primeiro vigorou de Adão até Jesus, e o último vigora desde Jesus até a sua *parousia*, esta é a economia sob a qual vivemos. O que difere estes dois momentos é o modo como Deus administrou cada um deles, modos que a *Confissão* chama de dispensações,¹⁹ que se caracterizam como os aspectos visíveis e legais do pacto da graça.

Em cada uma destas dispensações, Deus tratou com um povo específico utilizando-se de diversos meios para instruir, conduzir e edificar a fé dele. E em ambas as dispensações as crianças nunca foram deixadas de lado. Elas sempre tinham e continuam tendo papéis e funções dentro de suas respectivas comunidades, porquanto, em ambas as dispensações, as crianças são admitidas à comunidade pactual e, concomitantemente, ao próprio *Pacto*, por intermédio do nascimento.

¹⁶ CFW, VII:iii.

¹⁷ BERKHOF, 2003, p. 257.

¹⁸ CFW, VII:5.

¹⁹ CFW, VII:6, p. 71.

Devido a essa realidade, é a tarefa deste trabalho demonstrar como a doutrina do Pacto, até agora trabalhada, influencia a vida das crianças que nele são arroladas. Neste caso, faz-se necessário perceber a situação dos infantes em seus respectivos contextos comunitários, considerando que a forma administrativa de cada dispensação seja diferente, é necessário esquadrihar as duas dispensações e suas devidas comunidades pactuais, determinando os elementos regulares de cada um deles, bem como a sua organização, admissão, deveres e privilégios.

2.1 A Dispensação da Lei

Na antiga dispensação, Deus administrou a comunidade pactual “*por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, [o] Cristo que havia de vir*”.²⁰ De modo progressivo estes meios, pelos quais a antiga dispensação seria governada, foram sendo revelados aos representantes pactuais, com crescente plenitude e clareza.²¹

Desde a promessa-mãe feita a Adão e sua esposa (Gn 3.15) até a última profecia do Antigo Testamento, o foco central era o Messias que haveria de vir. E quase exclusivamente estes modos administrativos ficaram de posse da *comunidade pactual* formada pela nação judaica,²² a quem cabia a conservação e, de certa forma, a proclamação da mensagem pactual: “*Tomar-vos-ei por meu povo e serei vosso Deus*” (Êx 6.7; 29.45s).

A Comunidade Pactual: Seus Membros e a Admissão deles

A antiga dispensação não começa com Moisés e seu intrincado código legal, como leis que abrangiam quase a totalidade da vida humana. Pelo contrário, Deus, primeiramente, tratou com Adão, com quem estabeleceu o pacto da graça, e sua descendência.²³ Mas Deus não administrou este período dispensacional por meio de várias normas ou imposições legais, mas o fez por meio da promessa-mãe e dos mandatos da criação²⁴ que, embora, haviam sido ordenados no Pacto de Obras, não foram revogados na Queda. Esta situação perdurou até o Dilúvio.

²⁰ CFW. VII:5, p. 69.

²¹ HODGE, A. A. *Confissão de Fé de Westminster Comentada*. São Paulo: Puritanos, 1999. p. 180.

²² HODGE, 1999, p. 180.

²³ Dr. Groningen afirma que a descendência adâmica que se encontrava sob o pacto era a linhagem de Sete, da qual procede Noé. Ao passo que Caim e sua linhagem viviam apenas pela graça comum, interessados apenas neles. Cf. VAN GRONINGEN, Gerard. *Revelação Messiânica no Velho Testamento*. Campinas: Luz para o Caminho, 1995. p. 109.

²⁴ Teólogos da estirpe de Gerard Van Groningen, O. Palmer Robertson e Walter Kaiser Jr. admitem que, nos capítulos da narrativa da criação, Deus estipulou algumas regras gerais que serviram para o homem perfeito se orientar e que deveriam ser por ele e sua posteridade obedecidas. Estes mandatos eram: (1) o Social: que estabelecia o casamento e por sua vez o relacionamento entre os seus semelhantes (Gn 1.28a, 2.21-24); (2) o Cultural: que estabelecia o exercício da autoridade sobre toda a criação, bem como o cuidado dela e o trabalho sobre ela (Gn 1.26-28, 2.19-20); (3) o Espiritual: que estabelecia a obrigação do homem em manter para sempre a comunhão com o Criador (Gn 2.16-17 [neste Robertson e Kaiser Jr.

Após o Dilúvio, a descendência *semita* de Noé assumiu o papel liderança espiritual do mundo, por causa do seu conhecimento acerca do único Deus vivo e verdadeiro.²⁵ Palmer Robertson deixa claro que a renovação do pacto com Noé continua sustentando elementos do pacto adâmico como, por exemplo, os mandatos. No entanto, Deus estipula que essa nova etapa do *Pacto* teria um aspecto particular, onde traria com o indivíduo, mas também possuiria um aspecto familiar, em que Deus traria com as famílias em seus relacionamentos de Pacto.²⁶

Isso significa que justiça do cabeça familiar serve de base para a entrada de todos os seus descendentes na comunidade pactual. Logo, sem exceção, todos os filhos inclusive os menores são considerados como partícipes das bênçãos ministradas e experimentadas na comunidade do pacto.

É dentre desta descendência semita que Deus chama Abraão e renova com ele e sua família, isto é, a sua posteridade, o seu Pacto (Gn 12.1-3,7;15.18;17.5-10). É evidente que ao contexto social de Abraão pertencia também a sua família os servos, os residentes estrangeiros, os apátridas, as viúvas e os órfãos, que viviam sob a sua proteção.²⁷ Nesse caso, não apenas comunidade de sangue, mas todo aquele que voluntariamente aceitasse viver sob as leis e expectativas pactuais, faria parte da מִשְׁפָּחָה²⁸ [translit. *mishēpāhāt*].²⁹ Contudo, o que é interessante é a participação das crianças nesta מִשְׁפָּחָה. E o meio de ingresso destes elementos à comunidade pactual abraâmica era por meio da circuncisão [heb. מוּלָה (translit. *mulāh*)].

Ao receber a ordem de circuncidar a todo o homem que se encontrava dentro de seu clã, Abraão imediatamente o fez (Gn 17.23), e como a ordem era para que todo o macho de oito dias acima fosse circuncidado (Gn 17.12), ninguém poderá negar a inclusão das crianças na comunidade pactual abraâmica.

Esta forma de entender a família e utilizar da circuncisão como selo do pacto, continuou nos patriarcas posteriores, Isaque e Jacó. Tanto que Siquém pede para se casar com Diná, filha de Jacó, os irmãos dela dizem que somente aceitariam o casamento, sob a condição de Siquém e todos os homens da sua família fossem circuncidados (Gn 34.15-17). Logo, é inevitável que a circuncisão era prática entre os patriarcas posteriores, como meio

parecem divergir de Groningen e acrescentam o שַׁבָּת [translit. *shābat*] como parte deste mandato, compreendendo que a santificação do dia sétimo é um princípio da manutenção do culto ao Criador].

²⁵ MORRIS, Henry. *Criação e Evolução*. São José dos Campos: Fiel, 1996. p. 92. Embora a finalidade desta obra seja dar respostas bíblicas a alguns temas científicos que se chocam com a fé bíblica, o Dr. Morris não deixa nada a desejar quando trata de alguns aspectos da Teologia Bíblica, principalmente quando ele fala da formação etnológica dos povos do mundo.

²⁶ ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos Pactos*. Campinas: Luz para o Caminho, 1997. p. 103.

²⁷ DE VAUX, Roland. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003. p. 42.

²⁸ A palavra מִשְׁפָּחָה tem como significado primário “família”. Podendo ser estendida por “clã”, que é uma comunidade social formada por indivíduos ligados a um ancestral comum por laços de descendência demonstráveis e legais, mas também por laços de influência.

²⁹ DE VAUX, 2003, p. 42.

de arrolar a comunidade pactual aqueles que a ela queriam se afiliar, sejam adultos ou crianças (Gn 34.16).

Após o período de escravidão egípcia, este padrão de membresia e ingresso na comunidade continuou, sendo assumido e ampliado pelo código legal revelado por Deus a Moisés (Êx 12.48; Lv 12.3). As crianças não foram deixadas de lado em seu compromisso pactual. Tanto isto é verdade que existe referência à participação delas em certos ritos (Êx 12.25-27) e, como parte da comunidade pactual, tinham a obrigação de guardar e cumprir todas as palavras da Lei de Deus, que era meio administrativo daquela dispensação do Pacto (Dt 29.9-13). Não apenas as crianças,³⁰ mas todos os que faziam parte do povo.

A circuncisão tornou-se, portanto, o meio de incorporação à aliança realizada por Deus sobre a base da promessa feita a Abraão e a seus descendentes, [entre eles] compreendidos os pagãos.³¹ Qualquer indivíduo para ser admitido como membro da comunidade da aliança deveria, por conseguinte, submeter-se a esta prática, que se caracterizava como o selo dessa dispensação.

O apóstolo Paulo, interpretando a circuncisão de Abraão, afirmou que a circuncisão do patriarca foi o selo da justiça da sua fé [gr. σφραγίδα τῆς δικαιοσύνης τῆς πίστεως, translit. *sphragída tēs dikaisynēs tēs pisteōs*] (Rm 4.11), mas não apenas da sua fé, é possível afirmar também da sua inclusão no Pacto que Deus fizera com ele. Por conseguinte, o selo [gr. σφραγις] que determina o ingresso de qualquer pessoa na antiga dispensação é a circuncisão.

Sobre isto, Oscar Cullmann chega a afirmar que a circuncisão era considerada como um *novo nascimento* e que os circuncisos eram conhecidos como *santos*.³² Logo, não havia participação no Pacto e em sua comunidade sem a circuncisão, tanto para os adultos que vinham de fora como para as crianças, que por direito de nascimento eram destinadas a fazer parte de tal comunidade,³³ direito este que somente era efetivado pela aplicação do selo pactual.

As responsabilidades pactuais dos pais sobre os filhos

A admissão da criança na comunidade do pacto era o início de uma série de cuidados especiais que deveriam ser mantidos pelos pais. Ao considerar que a fé dos pais participantes tinha o mesmo valor, para criança, da confissão de fé de um adulto pagão,³⁴ é

³⁰ O texto de Deuteronômio usa a palavra heb. תָּפֵל [translit. *thūph*] para designar crianças de pouca idade, incapazes até de andar. A raiz desta palavra é o verbo הָלַךְ, andar a passos. Cf. KIRST, Nelson (Ed.). *Dicionário Hebraico-Português e Aramaico-Português*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2002. p. 83.

³¹ CULLMANN, Oscar. *Das origens do evangelho à formação da teologia cristã*. São Paulo: Novo Século, 2000. p. 161.

³² CULLMANN, 2000, p. 160.

³³ CULLMANN, 2000, p. 163.

³⁴ CULLMANN, 2000, p. 164.

preciso afirmar que a responsabilidade de educar a criança judia segundo a Lei e os demais princípios éticos e morais que, com o passar do tempo, foram surgindo, era dos pais. Logo, esta piedade deveria ser mostrada dentro de casa na convivência com o filho. O judaísmo começa em casa e encontra sua conclusão mais valiosa no seio da família.³⁵

A primeira responsabilidade, portanto, era a de circuncidar a criança. Como ordenado (Gn 17.12; Lv 12.3), o pai realizava a operação utilizando-se de um instrumento cortante que, inicialmente, era uma faca de pedra, mas que com o passar do tempo passou a ser usada facas de metal.³⁶ Assim, o menino estaria aceito na comunidade pactual.

Deste ponto, todos os cuidados com a criança, fosse ela menino ou menina, estaria sob responsabilidade da mãe que era quem ministrava as primeiras lições a respeito de moral (Pv 1.8;6.20). E quando a criança do sexo masculino atingia certa idade, algo em torno dos 6 anos, o pai assumia a educação, enquanto as meninas continuavam com as mães.

Cabia ao pai a responsabilidade de iniciar os meninos no conhecimentos da תורה [translit. *tôrāh*] e seu princípios religiosos (Êx 10.2;12.26;13.8; Dt 4.9;6.7,20-22;32.7,46). Todo conhecimento referente às leis e mandamentos de Deus era ensinado durante os afazeres do dia, porque também era recomendação que o pai ensinasse ao filho uma profissão, que geralmente era a exercida pelo pai, motivo pelo qual Jesus era conhecido como carpinteiro, mesma profissão de José (Mc 6.3; cf. Mt 13.55).

Com o passar do tempo a educação religiosa passou a ser da responsabilidade das *Bêt-Midrashim*, as escolas rabínicas fundadas no período tardio, posterior ao exílio babilônico. Neste ponto, é possível ressaltar a participação da comunidade pactual na formação e educação das crianças. Porque, de fato, os parentes mais próximos também tinham a sua parcela de responsabilidade na formação dos filhos de seus parentes.

Por exemplo, Dr. Roland de Vaux diz que as caravanas, durante as viagens, eram um importante momento para aprendizado das verdades sobre Yahweh.³⁷ Além deste momento, ele ainda diz algo a respeito do próprio culto, incluindo as festas religiosas e as civis, onde uma porção maior da comunidade pactual se reunia para celebrar as bênçãos de Yahweh e, nos casos das comemorações civis, as vitórias conquistadas durante os vários séculos de sua história. Nestas festas, principalmente as religiosas, a liturgia, como na Idade Média, era um poderoso meio de instrução religiosa.³⁸

Por conseguinte, a formação das crianças do pacto, na antiga dispensação, não era exclusiva dos pais, embora eles fossem os principais responsáveis por isso, toda a comunidade também participava dessa tarefa. Tanto a comunidade mais próxima como os

³⁵ LEME, Henrique. *O Judeu e o seu Mundo*. Rio de Janeiro: B'nai B'rith, 1967. p. 85.

³⁶ DE VAUX, 2003, p. 69-70.

³⁷ DE VAUX, 2003, p. 73.

³⁸ DE VAUX, 2003, p. 73.

tios, avós e outros parentes próximos, mas também a comunidade no sentido mais amplo, isto é, aqueles que se encontravam no círculo de relacionamento dos pais e da criança. Sem se esquecer, também, de toda a comunidade, que deveria proteger e cuidar da criança.

2.2 A dispensação do evangelho

Quando foi servido a Deus enviar, na plenitude do tempo, o seu Filho, uma nova dispensação foi instituída. As sombras das antigas ordenanças da dispensação anterior deram lugar à realidade. *As ordenanças pelas quais este pacto é, agora, dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor.*³⁹ Comparadas com as ordenanças da antiga dispensação, estas três são muitos mais simples, porém *o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual* que na antiga dispensação.⁴⁰

De fato, a nova dispensação é marcada pela simplicidade. Não uma simplicidade displicente que é omissa aos vários aspectos éticos da vida humana, mas uma simplicidade que valoriza e maximiza as características dos mandamentos e princípios pactuais. Mesmo porque a nova dispensação é mais espiritualizada que a da lei, conforme afirma o artigo confessional.⁴¹

Comunidade Pactual: seus membros e a admissão deles

A segunda comunidade pactual, através da qual o Pacto foi e continua sendo administrado, é a Igreja.⁴² A igreja nasce com a exaltação do Cristo ressurreto, mas marcada pelo evento de Pentecoste, ocasião que também marca a inauguração simultânea do Reino de Deus e da nova dispensação.⁴³

Poucas coisas mudaram na nova comunidade pactual, isto é, na Igreja, com relação à comunidade anterior. Em princípio, a Igreja era apenas mais uma das seitas do judaísmo, como os fariseus, os saduceus ou os essênios,⁴⁴ conhecida como o *Caminho* (At 24; *ver também*: At 14 e At 9:2,19:9,19:23,24:22). Deste modo, muitas das tradições, usos e costumes judaicos continuaram vivos na igreja, uns permaneceram durante pouco tempo,

³⁹ CFW, VII:6, p. 71. [grifo meu].

⁴⁰ CFW, VII, p. 71.

⁴¹ CFW, VII, p. 71.

⁴² É bem verdade que a Teologia Reformada reconhece que desde o início da história Deus é Senhor de uma única Igreja. E como temos evidenciado neste trabalho, não temos dois pactos diferentes, mas apenas um, portanto, também não temos duas comunidades pactuais, mas apenas uma, que são administradas de modos diferentes. Contudo, esta diferenciação tem apenas propósito didático, a fim de demonstrar as peculiaridades de cada dispensação.

⁴³ PAULA, José João de. *O Pentecoste*. Belo Horizonte: STPRDNE, 2000. p. 33.

⁴⁴ Embora os Essênios não sejam nomeados na Escritura Sagrada, muito material a respeito deles tem surgido. Flávio Josefo, importante historiador judeu da antiguidade, foi um dos primeiros a descrevê-los assim como os seus costumes e suas práticas religiosas. Cf. JOSEFO, Flávio. *A Guerra dos Judeus Contra os Romanos*. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*: obra completa. Rio de Janeiro: CPAD, 1990. p. 553-556.

entretanto, outros foram definitivamente incorporados. Isto fica explícito na decisão do *Concílio* de Jerusalém (At 15.23-19).

Por conta desta continuidade, os membros desta comunidade pactual são todos aqueles que professam a fé em Jesus Cristo, abrangendo, assim, tanto judeus como gentios e também os seus filhos. Esta afirmação demonstra a ideia que, na nova dispensação, Deus não mais se relaciona com uma nação ou raça exclusiva, mas com indivíduos de todas as tribos, povos e raças (At 14.15-16; Rm 15:11; Rm 16:26; Ap 7.9ss), os quais passaram a formar a comunidade pactual do Novo Testamento, mediante a fé no Cristo enviado por Deus (Jo 1.11-12; At 3.19-20).

Neste sentido, portanto, nada se altera na constituição da comunidade pactual da atual dispensação. Tanto crianças⁴⁵ como adultos continuam fazendo parte do povo de Deus. Entretanto, o sacramento pelo qual os membros do Pacto, na nova dispensação, têm acesso à *comunidade* não é mais a circuncisão.

Como foi visto anteriormente, a circuncisão era o rito ou sacramento de iniciação dos homens à comunidade do pacto e, por conseguinte, se tornava o selo desse rito, porquanto, deixava marcas reais na carne do circuncidado que o diferenciava dos demais povos.⁴⁶ Mas como ocorre esta transição da circuncisão judaica para o batismo cristão?

Este é um ponto crítico deste tema. Grande parte dos teólogos considerados clássicos dentro da tradição reformada tem grande dificuldade em estabelecer uma ligação entre os atos sacramentais das duas dispensações.

Geerhardus Vos, tratando sobre o batismo de João e procurando estabelecer esta ligação sacramental que ele nem considera o lavar purificador preparatório feito antes do recebimento do sinal do Antigo Pacto (Êx 19.10-14) nem as diversas profecias que prediziam um grande derramar de água no período escatológico (Is 1.16;4.4; Ez 36.25-33; Mq 7.19; Zc 13.1) podem ser considerada como argumento para esta ligação.⁴⁷ Nem

⁴⁵ Não será feita uma apologia ao pedobatismo pelo fato que este é um assunto sem maiores dúvidas no meio presbiteriano, sendo conhecidos os argumentos acerca da prática batismal de infantes no período imediatamente posterior à inauguração da Igreja e, também, porque não é a finalidade deste trabalho. Para maiores informações sobre este assunto recomendamos a leitura de: LANDS, Philip. *Estudos Bíblicos sobre o Batismo de Crianças*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952. p. 75-93; CANUTO, Manoel Sales [Ed.]. *O Batismo Infantil: o que os pais deveriam saber acerca deste Sacramento*. Recife: Os Puritanos, 2000; SMALL, Dwigth Hervey. *Las bases bíblicas para el Bautismo de los Infants*. Grand Rapids: T.E.L.L., 1959. Recomendamos também as seguintes literaturas antipedobatistas: STRONG, Augustus Hopkins. *Teologia Sistemática*. v. 2. São Paulo: Hagnos, 2002. p. 717-736; WATSON, Thomas E. *Bebês devem ser Batizados?* São José dos Campos: Fiel, 1999.

⁴⁶ Por conta desta marca diferenciadora que determina o homem como judeu, o selêucida Antioco Epifânio, no seu intuito de helenização da Judeia, procurou remover os sinais da circuncisão através de meios cirúrgicos, para que então não houvesse mais esta diferença.

⁴⁷ VOS, Geerhardus. *Biblical Theology: Old and New Testament*. Edinbough: The Banner of the Truth Trust, 2000. p. 316.

tampouco, o chamado *batismo dos prosélitos*⁴⁸ que não era um notável sacramento poderia ser considerado a origem do batismo de João.⁴⁹

O mesmo pensamento é defendido também por Berkhof, discípulo do Vos, porém, reconhecendo uma vaga possibilidade de aceitar o *batismo dos prosélitos* como a origem do batismo joanino e cristão; entretanto, jamais admitindo como um sacramento o batismo dos prosélitos, antes como uma cerimônia da antiga dispensação. Ele sugere que no batismo existem maiores significados que nesta cerimônia judaica, o que pode ser evidentemente aceito.

Porém, esta dificuldade gerada em determinar a ligação entre os dois sacramentos gera uma espécie de prejuízo na afirmação de que o batismo é a consumação da circuncisão, porque não há como aferir a continuidade e a transição de um para o outro. Entretanto, alguns vão discordar tanto do posicionamento do Vos como o de Berkhof. Entre eles estão Philipe Landes e Oscar Cullmann.

Landes transcreve em seu valioso tratado sobre o batismo infantil uma série de afirmações de documentos judaicos que afirmam a transição da circuncisão, por via do batismo de prosélitos, para o batismo cristão. Entre outras transcrições, ele diz que “*Israel não entra no Concerto [Pacto] senão por estas três coisas: pela circuncisão, pelo batismo e pela oferta pacífica; e os prosélitos da mesma maneira*”.⁵⁰ Antiga dispensação, portanto, admitia-se prosélitos de outras nações e seus filhos menores de 13 anos, mediante esses três elementos, afirma Landes. E, por conta disso, Jesus e os apóstolos, depois, não definiram um mandamento formal quanto o pedobatismo, porque este conceito era prática entre os judeus daquele tempo, tendo essa transição ocorrido naturalmente.⁵¹

Essa transição pode ser percebida, como sugere Cullmann, na história e na teologia da igreja dos primeiros séculos, considerando ainda o período apostólico, quando a igreja começava a demonstrar-se diferente do judaísmo. Cullmann considera que o batismo cristão é o cumprimento da circuncisão e, portanto, a sua abolição.⁵² Para ele, esta ruptura não ocorreu num momento posterior aos apóstolos, porém, aconteceu por meio deles.

⁴⁸ O Batismo dos Prosélitos era uma ablução cerimonial realizada após a circuncisão de gentios. Nesta cerimônia, tanto adultos como os seus filhos, recebiam a aspersão de água como símbolo de sua purificação. Neste caso, tanto homens como mulheres recebiam esta aspersão. Para os filhos nascidos após esta cerimônia, não havia necessidade de serem batizadas. Cf. CULLMANN, 2000, p. 164-165; BERKHOF, 2003, p. 575; VOS, 2000, p. 316.

⁴⁹ VOS, 2000, p. 316.

⁵⁰ LANDS, 1952, p. 53. Neste capítulo, o Rev. Lands trabalha com a transcrição de algumas citações de cunho histórico, que demonstram a existência de um batismo para os infantes nascidos fora do Pacto. Esses registros foram compilados por Dr. William Wall. WALL, William. *A História do Batismo Infantil*. [s.l.]: [s.d.], p. 6.

⁵¹ LANDS, 1952, p. 53-54.

⁵² CULLMANN, 2000, p. 159.

Paulo, por exemplo, é quem deixa o maior argumento em favor da abolição da circuncisão. Pois a circuncisão do cristão se dá no batismo, porque neste sacramento nos tornamos, além de participantes da morte e ressurreição de Cristo, participantes da circuncisão dele (Cl 2.11-15). O apóstolo, falando aos colossenses, magnifica tanto o batismo que desaprova a continuidade deste rito judaico, implicando que o batismo tomou o lugar da circuncisão.⁵³ O batismo, por isso, tomou lugar do rito infantil da circuncisão. Como o batismo de prosélitos infantes era uma prática aceita entre os meios judeus, nada mais lógico que batizar as crianças logo após o seu nascimento, como acontecia na antiga dispensação, conferindo a criança o selo da nova dispensação.

Logo, se as crianças eram admitidas como membros da comunidade pactual da dispensação da lei, isto é, Israel, por meio da circuncisão das crianças, que também eram batizadas,⁵⁴ elas também continuaram a ser recebidas na nova comunidade, chamada Igreja, pela circuncisão de Cristo que aconteceu espiritualmente no batismo.⁵⁵ Crianças são membros da nova dispensação do Pacto.

As responsabilidades pactuais dos pais sobre os filhos

A continuidade das dispensações sugere a continuidade de várias práticas relacionadas à vida da comunidade do pacto. Entretanto, um novo elemento deve ser encarado com grande cuidado em qualquer análise deste tipo, a mensagem do pacto não está mais submetida a uma única cultura, como acontecia na dispensação anterior. Essa mensagem passou a orientar as práticas socioculturais existentes nos novos povos que foram alcançados pelo evangelho (At 15.23-19).⁵⁶

Praticamente, o que é norma para definir as responsabilidades dos pais na antiga dispensação torna-se também o padrão para os pais da nova dispensação. Um bom exemplo pode ser tirado da educação das crianças da nova dispensação. Dificilmente encontramos no Novo Testamento passagens que fazem referência à educação de filhos, resumem-se a duas e, mesmo assim, correlatas (Ef 6.4; Cl 3.21).

Paulo, escrevendo aos Efésios, ordena aos pais: “não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor” (Ef 6.4). Analisando a relação genitiva existente na última parte do versículo, “*na disciplina e na admoestação do Senhor*” [gr. ἐν παιδείᾳ καὶ νοουθεσίᾳ κυρίου, translit. *en paideia kai nuthesia kyriou*], parece indicar uma série de preceitos divinos conhecidos pelos cristãos de Éfeso. Nesse sentido, é provável que se tratasse dos mesmos escritos veterotestamentários que exortavam aos pais

⁵³ HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: Colossenses e Filemom*. São Paulo: Cultura Cristã, 1993. p. 147-148.

⁵⁴ LANDS, 1952, p. 53.

⁵⁵ CANUTO, 2000, p. 18.

⁵⁶ Mesmo não sendo judeus, aos cristãos de culturas gentílicas era apenas exigido: (i) abstenção das coisas sacrificadas a ídolos; (ii) abstenção do sangue de animais e carne sufocados; (iii) abstenção das relações sexuais ilícitas.

da dispensação da lei à educação de seus filhos (Êx 10.2;12.26-27;13.14-16; Dt 4.9-10;6.7-9; Is 38.19).

Porém, quando se fala nas práticas da comunidade cristã dos primeiros séculos da presente era, o melhor testemunho externo deste período é o *Didaquê*.⁵⁷ Sobre educação dos filhos, ele diz que não é lícito tirar a mão de sobre o filho ou a filha, mas que é preciso, desde a juventude, ensinar-lhes o temor do Senhor.⁵⁸

Assim, ele apenas confirma o que foi afirmado; a nova dispensação é um reflexo da antiga quando se trata das responsabilidades dos pais. Não apenas a educação dos filhos, mas todas as responsabilidades factuais dos pais, continuam sendo orientado pelo o que foi revelado no Antigo Testamento. Portanto, neste sentido, trata-se de uma continuidade de preceitos.

3 Notas soteriológicas aplicadas às crianças

Se as relações legais do pacto podem ser observadas na vida da comunidade da aliança de forma objetiva, o mesmo, todavia, não se torna verdade quando se tenta observar a relação de comunhão e vida deste Pacto, porquanto, isto se evidencia de modo internalizado e subjetivo. Por isso, falar de relação de comunhão e vida é conjecturar teologicamente a respeito da ação redentora operada na criança herdeira das promessas deste Pacto. As seguintes implicações podem ser consideradas com o fruto desta relação de comunhão e vida nestas crianças.

3.1 Promessa da Salvação

A primeira implicação espiritual do Pacto para as criancinhas que o herdaram é a promessa da salvação. Em ambas as dispensações é constantemente encontrada a ideia de um relacionamento por meio da família entre Deus e os seus escolhidos. Ao mesmo tempo, promessas de vida e salvação a respeito da posteridade destas famílias são também observadas nas Escrituras (Gn 17.7; Jr 31.33; 32.38-40; Ez 34.30-31; 2Co 6.16; 1Pe 2.9-10).

Sem dúvida, a mais importante delas é a promessa feita a Abraão (Gn 17.7). Nessa promessa pactual, Yahweh estabelece a sua aliança com o patriarca e com a sua descendência [heb. *עַרְוָה*, literalmente, semente] para que ele fosse o Deus de Abraão e de todos os seus filhos que viessem depois dele. E por diversas vezes, a ideia que Deus está numa relação com um grupo ou uma nação é vista por todo o Antigo Testamento. E junto

⁵⁷ O *Didaquê* é um pequeno lecionário utilizado nos dois primeiros séculos como meio de instrução catequética. Seu valor para o cristianismo primitivo é de valor inestimável. Uma leitura dele é recomendada para teólogos e cristãos “leigos” de nossos dias como a demonstração de vida e prática religiosa e moral.

⁵⁸ SALVADOR, José Gonçalves. *O Didaquê ou O Ensino do Senhor através dos Doze Apóstolos*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1980. p. 73.

deste conceito uma promessa é repetida à Israel, ratificando a máxima pactual: “*Eles serão o meu povo, e eu serei o seu Deus*” (Jr 32.38).

Inicialmente, é preciso notar que esta promessa está diretamente ligada à ideia de vida eterna ou, simplesmente, *salvação*.⁵⁹ Isso significara que Israel deveria ser uma nação distinta das demais. Nesta relação de comunhão e vida, como era seu projeto inicial no Éden, Deus não se relacionaria individualmente e apenas com adultos. Ele também não prometeu esse precioso relacionamento apenas a adultos, mas também à sua descendência.

Assim, a palavra hebraica *Zera'* indicaria primariamente a descendência natural de Abraão, porém, num sentido mais amplo e teológico, ela pode também se referir uma descendência mais ampla e espiritual,⁶⁰ como foi explicado pelo apóstolo Paulo (Gl 3.6-14). Nessa análise, portanto, confirma-se que duas categorias de pessoas devem ser considerados como participantes do Pacto por hereditariedade, isto é, na relação legal e pela coparticipação na mesma fé abraâmica. Nessa descendência estão incluídos todos os filhos não importando sua idade.

A esta promessa, da dispensação da lei, Pedro se refere no encerramento do seu sermão em Pentecoste, quando interpelado por seus ouvintes quanto ao que deveriam fazer para serem salvos (At 2.37). Pedro, então, faz referência à necessidade do arrependimento e do batismo para que o dom do Espírito Santo lhes fosse outorgado (v.38).⁶¹

Fechando este argumento, Pedro acrescenta: “*Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos*”. Nesta conclusão, o apóstolo faz uso da seguinte expressão “*a promessa*” [gr. ἡ ἐπαγγελία]. Este tipo de uso do nominativo grego expressa algo muito bem definido. Não se tratava de uma promessa desconhecida por aqueles que estavam ali, pelo contrário, eles sabiam muito bem acerca de que Pedro estava falando, isto é, a promessa de Salvação propiciada pelo Messias.

Parece ser provável que o apóstolo esteja se referindo à promessa de vida que fora dada por Yahweh a Abraão, e que naquele momento, em Pentecoste, se cumpria. Uma grande evidência disto é a parte final deste versículo que indica que a promessa era destinada tanto a pais quanto aos filhos. A palavra usada para filhos, *τεκνοίς*, tem as

⁵⁹ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2001. p. 429.

⁶⁰ KAISER, Walter C. עָרַךְ. Em: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR., Gleason; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999. p. 409-411.

⁶¹ Não é minha intenção aqui levantar qualquer tipo de questionamento referente à condição das crianças em não poderem demonstrar sinais de arrependimento, mesmo porque não estou discutido o batismo infantil, mas o Pacto e sua relação com as crianças filhas de pais crentes.

mesmas características quanto ao significado que עֲרֵבָה.⁶² Ela pode indicar tanto uma criança como também uma coletividade, toda uma descendência.

Por conseguinte, o apóstolo Pedro está dizendo que para todos os adultos que estavam ali e desejavam ter acesso à graça de Deus manifestada por meio do seu Cristo, e para os filhos destes era a promessa de comunhão e vida com Deus, conforme a antiga promessa feita a Abraão e repetida pelos profetas. Essa promessa se tornava possível a todos os crentes e seus filhos, pois ela deixou de ser uma promessa e se tornou uma realidade. Esta realidade, portanto, torna-se pertencente para todos os cristãos de nossos dias: Deus é o Deus dos crentes e dos seus filhos.

É sob essa promessa do Pacto que todos os cristãos de tradição reformada apresentam os seus filhinhos ao batismo e os criam na esperança que Deus há de transformar os corações dos pequeninos ligados ao Pacto, mediante a obra regeneradora do Espírito Santo, transformando-os em vivos membros do mesmo.⁶³

Este ponto de vista é defendido pelo Catecismo de Heidelberg. Para os autores desse catecismo, respondendo à questão se seria necessário batizar os infantes, tanto os adultos como as criancinhas estão inserido no Pacto da Graça. E tanto a este como aos adultos são prometidos, pelos méritos do sangue de Cristo, a remissão dos pecados e o Espírito Santo, aquele que opera a fé.⁶⁴

Mais que um mero oferecimento da salvação, argumenta Berkhof, o pacto traz a certeza que Deus entrará numa relação mais profunda com os filhos da Aliança, por meio da fé que será produzida neles.⁶⁵ Contudo, nem todos os filhos de pais crentes alcançarão a plenitude pactual, isto é, o Pacto não deixará de ser apenas um elemento legal e nem tampouco se tornará uma realidade viva para algumas dessas pessoas. Por isso, Pacto não deve ser sinônimo de salvação. O simples fato de que alguém está na aliança não traz segurança da salvação,⁶⁶ confirmando assim as palavras do apóstolo: “*nem todos os de Israel são, de fato, israelitas*” (Rm 9.6). Tal situação é plenamente confirmada tanto biblicamente como na própria vivência cristã.

Porém, até o momento que uma criança, que nasça sob o Pacto, demonstre qualquer traço de incredulidade e revolta contra ele, é dever da comunidade e dos pais considerá-la como alguém que está de posse da vida pactual.⁶⁷ Nesse sentido, a relação de

⁶² Cf. NEWMAN JR., Barclay M. *Concise Greek-English Dictionary of the New Testament*. [s.l.]: The United Bible Societies, 1971; GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. São Paulo: Vida Nova, 2001.

⁶³ BERKHOF, 2003, p. 266.

⁶⁴ OLEVIANUS, Gaspar; URSINUS, Zacarias. *El Catecismo de Heidelberg*. Rijswijk: FeliRe, 1993. Q.74.

⁶⁵ BERKHOF, 2003, p. 266.

⁶⁶ BERKHOF, 2003, p. 266.

⁶⁷ BERKHOF, 2003, p. 266.

comunhão de vida vinculada ao Pacto somente será efetivada naquelas crianças que, pelo Decreto Eterno de Deus, foram eleitas em Jesus Cristo.⁶⁸

A esperança, todavia, é que as crianças são chamadas pelo próprio Deus do Pacto a conhecê-lo, e desta experiência chegar à fé e expressá-la, para que, assim como Abraão, a justiça lhes possa ser imputada.⁶⁹ Essa esperança na promessa feita por Deus, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança (Tg 1.17), deve estar presente na consciência de cada cristão ao lidar com as crianças do Pacto. Entretanto, a salvação de uma criança, como a de um adulto, envolve remissão e remoção de pecados e depende da imerecida e opcional graça de Deus.⁷⁰ Por isso, é necessário afirmar que o Pacto implica em Eleição.

3.2 A eleição das crianças no Pacto

No tópico anterior foi dito que não se deve considerar pacto como sinônimo de salvação. Embora, a doutrina do Pacto traga junto de si a promessa da salvação para os filhos dos crentes, esta promessa se encontra intrinsecamente relacionada à doutrina da Eleição e, por isso, a eleição deve ser encarada com uma das implicações espirituais deste Pacto. Conclui-se, portanto, que é pelo fato de terem sido eleitas que as crianças, assim como os adultos, desfrutam a comunhão de vida, isto é, a plenitude pactual.

O Pacto implica numa eleição anterior. Este eterno decreto de Deus é a base para o desenvolvimento do Pacto e de todos os seus aspectos práticos. Quando se afirma que apenas os eleitos chegarão a viver o aspecto de comunhão existente no Pacto, que é a vida eterna e a santificação, baseia-se na certeza que esta Aliança é feita entre Deus e os seus eleitos, mediante o Filho. Isto porque a eleição faz referências à seleção das pessoas que estão destinadas a serem herdeiras tanto do pacto e como da glória eterna.⁷¹

A doutrina da Eleição deve ser entendida como o ato ou decreto de Deus pelo qual ele, em seu soberano beneplácito, e sem levar em conta nenhum mérito previsto, escolhe um certo número de pessoas para herdar a graça especial e a salvação eterna.⁷² Neste ato eterno, Deus, o Pai, arrolou todos aqueles que com ele se uniriam por meio de uma relação de comunhão de vida e amor, e esta união se dá no Pacto. A Eleição aponta para este Pacto, porque a eleição exige uma aplicação histórica de seus eternos propósitos e o cenário histórico para ele, é o Pacto.

⁶⁸ Cf. OLEVIANUS *apud* CLARK, R. Scott. *A Brief History of the Covenant Theology*. Disponível em: <<http://www.ligonier.org/learn/articles/history-covenant-theology/>>. Acesso em: 11 out. 2003; CFW, VII:3, p. 66; CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2000. Perg.: 31; BERKHOF, 2003, p. 524.

⁶⁹ VAN GRONINGEN, Harriet; VAN GRONINGEN, Gerard. *A Família da Aliança*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p. 113.

⁷⁰ SHEDD, William G. T. *Dogmatic Theology*. v. 2. New York: Charles Scribner's Sons, 1888b. p. 713.

⁷¹ BERKHOF, 2003, p. 249.

⁷² BERKHOF, 2003, p. 107.

Por causa desse decreto, Deus assume a responsabilidade de intervir de forma positiva e ativa na vida dos eleitos para operar a graça e a fé salvadora neles; retirando-os da condição de pecadores execrados da presença divina. Nesse sentido, William G. T. Shedd afirma que a Eleição dos homens é um chamado para a santidade a partir do estado ou condição de pecado.⁷³ Essa condição de pecado é inerente a toda humanidade desde a queda dos primeiros pais, como vimos anteriormente, atingindo todos inclusive os infantes. Logo, a necessidade de mudança dessa condição é inevitável, porém o homem está inabilitado para a realização de tal transformação devido ao seu estado de morte (Ef 2.1-3).

A proposicionalidade da eleição pode ser bíblicamente verificada nos escritos paulinos, principalmente em sua epístola aos Efésios (Ef 1.3-6). Neste trecho, o apóstolo trata acerca da bênção da eleição, louvando a Deus por toda a sorte de bênçãos espirituais que são derramadas sobre os crentes (v.3). Estas bênçãos, ao que parece, são fruto direto do ato da eleição.

Paulo usa o advérbio *κατὼς* [translit. *katōs*], funcionando como uma conjunção subordinativa,⁷⁴ entre os versículos 3 e 4, condicionando estas bênçãos espirituais aos elementos presentes nos versículos posteriores, isto é, a *eleição* [gr. *εκλεγομαι* (translit. *eklegomai*)] e, numa espécie de paralelismo sinonímico, a *predestinação* [gr. *προορίζω* (translit. *proorizō*)].

No versículo 4, Paulo demonstra que a finalidade da eleição é a santidade e, no versículo 5, a adoção dos crentes, como filhos de Deus, mediante o Cristo. É passível de nota que esta relação filial ou paternal, como queira, atende e reforça a máxima pactual, isto é, a relação próxima entre Deus e o seu povo. Num primeiro momento, parece que a eleição visa unicamente o bem e a felicidade do homem. Talvez poderia chamar isto propósito antropológico, contudo, este não é o propósito último da eleição.

A principal finalidade da eleição é a manifestação de sua própria sabedoria e da glória de sua graça.⁷⁵ O desígnio final de todo o plano de redenção, como definiu Charles Hodge, é a exibição ante a admiração das criaturas inteligentes dos gloriosos atributos de Deus. Conclui-se, por conseguinte, que a eleição visa a separação de algumas pessoas de dentro duma massa corrompida pelo pecado, para que este mesmo grupo de santos glorifique a Deus por sua graça e misericórdia. Por isso, que Deus, ao eleger os seus para a vida, entrou com eles num Pacto para livrá-los do pecado e conduzi-los a um estado de salvação.⁷⁶ No pacto é que a eleição se evidencia.

⁷³ SHEDD, William G. T. *Dogmatic Theology*. v. 1. New York: Charles Scribner's Sons, 1888a. p. 423; HODGE, 2001, p. 739.

⁷⁴ FRIEBERG, Barbara; FRIEBERG, Timothy. *O Novo Testamento Grego Analítico*. São Paulo: Vida Nova, 1987.

⁷⁵ HODGE, 2001, p. 738; SMALL, 1959, p. 22.

⁷⁶ BREVE CATECISMO DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. Q.20

Disto surge uma questão muito simples: *apenas adultos são eleitos e, portanto, têm acesso à plenitude do pacto?* A resposta é mais simples ainda: *Não*. A eleição não está relacionada com idade, mas sim, seres morais. Deus não elege idade, elege pessoas. Como afirmou com muita propriedade Dwigth Small, as crianças não precisam chegar à idade adulta para poderem ser participantes da graça salvadora e, mesmo em sua tenra idade, podem ter conhecimento do Salvador.⁷⁷

Desta forma, as crianças, também são eleitas, porque toda criança tem uma alma racional, o que faz dela um ser moral, a qual, por sua vez, possui um senso volitivo, que se encontra corrompido e terrivelmente inclinado ao pecado. Esta inclinação requer, por causa da justiça divina, punição.⁷⁸ Portanto, se nada for feito por esta criança, isto é, se ela não for eleita, seu destino eterno será a condenação no inferno. Isto confirma o que diz a *Confissão*: “as crianças eleitas, que morrem na infância, são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como lhe apraz”.⁷⁹ Se é verdade para aquelas crianças que morrem na infância, quanto mais esta é uma verdade e uma bênção para aquelas que não têm a sua vida interrompida logo nesta fase.

A eleição, contudo, como um ato divino acontecido na eternidade, precede ao seu estabelecimento histórico, conhecido como *conversão*, que é fruto da operação regeneradora do Espírito Santo. A conversão é a resposta positiva do homem ao chamado evangelho. No caso daqueles que são participantes legais do Pacto da Graça, a *conversão* poderia ser entendida como a aceitação voluntária das responsabilidades pactuais. Por isso, a necessidade da conversão deve ser sempre lembrada aos filhos da aliança, como recomenda Berkhof.⁸⁰

Por conseguinte, uma criança, filho de pais crentes, deve ser aceita pela comunidade do pacto como um indivíduo Eleito em Cristo e, por conta disso, deve-se crer em sua salvação e administrar-lhe o sacramento batismal, como selo visível deste Pacto e, de modo mais amplo, da sua eterna eleição. Evidentemente, os pais e comunidade devem admitir isto até o momento que as obras dos seus filhos demonstrarem o inverso da eleição, porém, tendo a esperança que a relação vital do Pacto seja efetivada.

3.3 A Influência do Espírito Santo

Se o Pacto traz consigo a promessa de Salvação, que é garantida pelo eterno decreto de Deus, chamado Eleição, é inegável que esta doutrina implique, sobre as

⁷⁷ SMALL, 1959, p. 116.

⁷⁸ SHEDD, 1888b, p. 713.

⁷⁹ CFW, X:iii. Uma antiga versão deste artigo, usada no Brasil, sugeria a possibilidade de que todas as crianças que morrem da infância são eleitas e, portanto, salvas. Esta ideia foi fortemente defendida por teólogos da Velha Escola de Princeton, como os respeitabilíssimos Charles Hodge e B. B. Warfield. Ver. HODGE, 2001, p. 20-21. Sobre B. B. Warfield, ver: BOETTNER, Loraine. *The Reformed Doctrine of Predestination*. Philadelphia: The Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1963. p. 143-144.

⁸⁰ BERKHOF, 2003, p. 266.

crianças que desfrutam e que são herdeiras desta aliança, na influência constante do Espírito Santo, o qual é o penhor desta Salvação (Ef 1.15-16). Esta influência do Espírito Santo é entre as demais implicações federais a única que possui um símbolo de existência. Este símbolo é o batismo.

O batismo como ato cerimonial visível é a expressão de uma realidade invisível. Ele representa tão somente o verdadeiro batismo que é realizado pelo derramamento do Espírito Santo⁸¹ sobre aqueles que, na eternidade, foram eleitos e dados a Cristo, sendo o sacramento apenas a representação dessa influência e regeneração, não devendo ser confundidos o sinal e o elemento representado.⁸²

Necessariamente, não apenas os infantes eleitos receberão a influência do Espírito Santo, porém, mesmo os não-eleitos sofrerão tal influência, que de modo algum se tornará fator de regeneração. É preciso lembrar que o Espírito é aquele que opera tanto na esfera da *criação* como na esfera da *regeneração*.⁸³

Assim, por um lado, nos não-regenerados ou, numa linguagem pactual, naqueles que pertencem ao campo da *relação legal*, o Espírito Santo aplica e opera a *graça comum*, restringindo a influência deteriorante e devastadora do pecado na vida da pessoa, fazendo que este mantenha certa ordem e decoro em sua comunidade e faça o que é exteriormente bom, enfim, refreando todas as consequências possível do pecado.⁸⁴ Nesse caso, a *graça comum*, operada pelo Espírito, será ampliada pela convivência na comunidade pactual e pelas diversas influências existentes nelas, principalmente pela revelação especial.⁸⁵

Por outro lado, nas crianças eleitas, as quais experimentarão a plenitude das bênçãos federais, que é a relação de *comunhão de vida*, esta influência será imensamente maior, mais interiorizada e espiritual, destruindo o poder do pecado e renovando a imagem de Deus neste indivíduo. Nas palavras do Ferguson, essa regeneração é a concretização da promessa de Deus de dar-nos um novo coração (Ez 36.26; Jr 31.33).⁸⁶ Esta última influência é o caminho que a presente análise deve seguir.

Esta influência transformadora do Espírito Santo é, segundo Small, ação concomitante de regenerar o pecador, implantando o *princípio da nova vida* em Cristo, e de uni-lo à pessoa ao Corpo de Cristo, que é a Igreja, e ao próprio Cristo,⁸⁷ o que a teologia denomina de *união mística*.⁸⁸ Em número, esta influência parece ser pequena; no entanto, se a regeneração for considerada como o ponto-de-partida para a efetivação histórica do

⁸¹ SMALL, 1959, p. 169.

⁸² FERGUSON, Sinclair B. *O Espírito Santo*. São Paulo: Os Puritanos, 2000. p. 156.

⁸³ BERKHOF, 2003, p. 393.

⁸⁴ BERKHOF, 2003, p. 393.

⁸⁵ BERKHOF, 2003, p. 407.

⁸⁶ FERGUSON, 2000, p. 166.

⁸⁷ SMALL, 1959, p. 169.

⁸⁸ Cf. BERKHOF, 2003, p. 393; SHEDD, 1888b, p. 713; HODGE, 2001, p. 738; KUYPER, Abraham. *The Work of the Holy Spirit*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1941.

decreto eletivo e que todos os demais elementos soteriológicos são procedentes deste ato divino e ainda que a *união mística* é o que define a salvação, é fato de se reconhecer a importância desta influência sobre a vida das crianças do Pacto.

Primeiramente, então, a influência inicial do Espírito Santo é a regeneração. Regeneração é definida pelos teólogos como o ato de Deus pelo qual o *princípio de vida* é implantado no homem, fazendo que a disposição dominante deste, seja santificada.⁸⁹ Neste ato, acrescenta Kuyper, o homem é completamente passível e inconsciente⁹⁰ do que nele é operado pelo Espírito Divino. Disto surge uma questão importante: *Quando ocorre a regeneração? Existe um momento específico para que aconteça?*

Este princípio de vida pode ser forjado no homem em diferentes idades, quando ninguém pode afirmar. Alguns chegam a afirmar, como Abraham Kuyper, que tal ação divina pode acontecer e já nos primeiros dias da vida muitos são regenerados.⁹¹ Isto é inteiramente aceitável, quando se toma a seguinte perspectiva: toda a criança, por consequência do *pecado original*, nasce em pecado (Sl 51.5; Ef 2.3), mas entre estes vários indivíduos existem aqueles que foram eternamente eleitos para a vida e adoção como filhos de Deus. Estes pertencem a Cristo, que se tornou o Mediador Pactual deles e, por eles, cumpriu todas as exigências legais, conquistando o direito de imputar aos seus, a *justiça* por ele adquirida, bem como a *nova vida*.

Como o Espírito Santo é o *agente* da regeneração,⁹² o que o impede de operar a sua influência, ou melhor dizendo, a sua ação regeneradora nos filhos dos crentes? Novamente, é possível recorrer à Confissão, quando ela afirma que as crianças eleitas, que morrem na infância, são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito, “que opera quando, onde e como lhe apraz”.⁹³

De fato, essas crianças que, pela soberana vontade de Deus, morrem na infância não são regeneradas porque morrem numa idade em que não se têm consciência de certas realidades. Elas são regeneradas porque, antes de tudo, foram eleitas por Deus, por elas Cristo se ofereceu e nelas o Espírito Santo, *que opera quando, onde e como lhe apraz*, agiu implantando a *nova vida*. Corroborando para este argumento, Kuyper acrescenta que pessoas que receberam o princípio da vida na mais tenra idade não mais morrem, porém vivem, mesmo que isto ocorra antes da conversão, elas não se perdem, mas são salvas.⁹⁴ Portanto, afirmar a regeneração de crianças é algo inteiramente plausível.

⁸⁹ BERKHOF, 2003, p. 432.

⁹⁰ KUYPER, 1941, p. 294.

⁹¹ KUYPER, 1941, p. 299. Pode ser listado ainda Gysbrecht Voetius, grande nome da ortodoxia calvinista holandesa, com o qual Kuyper comunga da mesma ideia.

⁹² DABNEY, Robert Lewis. *Systematic Theology*. Carlisle: The Banner of Truth Trust, [s.d.]. p. 560.

⁹³ CFW, X:iii.

⁹⁴ KUYPER, 1941, p. 295.

Esta verdade é verificável na prática da comunidade pactual neotestamentária. Nenhum pai cristão, principalmente no meio reformado, admite que o seu filho é um pecador e, por isso, um inimigo de Deus, pelo contrário, ele está convencido de que seu filho também é um crente que precisa ser disciplinado e encorajado a crescer em graça e maturidade por toda a sua vida. A realidade deste conceito acerca dos filhos dos crentes se confirma na própria apresentação deles ao batismo, quando ainda possuem pouco tempo de vida. Esse ato não acontece para selar o que irá acontecer por ela, mas pelo que já aconteceu,⁹⁵ a regeneração.

Por causa desta influência transformadora do Espírito Santo, argumenta Kuyper, os filhos de pais crentes desde cedo desejam e provam das coisas santas, experimentam um caloroso zelo pelo nome de Deus, manifestando uma santa inclinação, devido à transformação de suas disposições pecaminosas originais, mesmo sem terem a menor consciência da fé nem conhecimento do tesouro que possuem.⁹⁶

Com a nova vida implantada pelo Espírito Santo, a criança do Pacto tem garantida que todos os elementos ligados ao restante da obra salvadora serão concluídos. Isto conduz a um segundo aspecto da influência do Espírito Santo nas crianças herdeiras do Pacto. Como elas já possuem o Espírito Santo e, portanto, o princípio da nova vida implantado nelas, esse mesmo Espírito opera a *mística união* destas crianças com Jesus Cristo, seu Senhor e Salvador.

A *União Mística*, como explica Berkhof, é a união íntima, vital e espiritual entre Cristo, o mediador federal, e o seu povo, em virtude do qual ele é a fonte de vida e poder, da sua bendita ventura e salvação,⁹⁷ a qual é efetuada subjetivamente pelo Espírito Santo de maneira misteriosa e sobrenatural, e pela qual o crente tornar-se participante das influências espirituais e qualidades de Jesus Cristo.⁹⁸ Esta definição pode ser resumida na seguinte afirmação apostólica: “já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus” (Gl 2.20).

Talvez uma pergunta que surja a partir desta afirmativa é: quando isto ocorre no crente? Embora, não exista uma unanimidade nesse assunto, é possível assumir a posição de teólogos da estirpe de Berkhof, Shedd e Kuyper que entendem que a união mística é uma consequência direta da regeneração e, portanto, da influência pessoal do Espírito Santo,⁹⁹ conquanto, a influência do Espírito não é negada pelos que advogam a posição contrária.

⁹⁵ KUYPER, 1941, p. 299.

⁹⁶ KUYPER, 1941, p. 295.

⁹⁷ BERKHOF, 2003, p. 415.

⁹⁸ BERKHOF, 2003, p. 413; DABNEY, [s.d.], p. 614.

⁹⁹ Cf. BERKHOF, 2003, p. 414; SHEDD, 1888b, p. 532; KUYPER, 1941, p. 298. Outros grandes representantes de escolas calvinistas consideram que a *união mística* com Cristo é precedente da regeneração. Assim

Nesse sentido, a união mística é uma consequência, entre as outras tantas possíveis, da regeneração. O que a diferencia e a faz mais importante do que as demais, para este trabalho, é a característica federativa que permeia esta nova condição humana.

Esta união está diretamente ligada ao *Pacto da Redenção*, segundo o qual o Pai deu ao Filho, na eternidade, àqueles que seriam seus, isto é, os eleitos por quem ele morreria.¹⁰⁰ Essa relação, portanto, somente é possível para aqueles que foram eleitos por Deus e regenerados pelo Espírito, que os habilita a tornarem-se participantes das bênçãos, das influências espirituais, das qualidades e da vida do próprio Cristo,¹⁰¹ a estes ele dá sem medida uma nova condição com todas as qualidades resultantes desta união.

Se esta *união* é resultado da regeneração, portanto, deve-se admitir que é possível que a efetivação desta ocorra nos primeiros dias de vida, ou mesmo antes. O que é verdade para a regeneração, se torna verdade para a união com Cristo. Logo, é aceitável que as crianças do Pacto já desfrutem da íntima união com o seu Senhor e Cabeça, porque isto ocorre mediante a incógnita obra e influência do Espírito Santo, “que opera quando, onde e como lhe apraz”.¹⁰²

Estas crianças, por conseguinte, são portadoras da justiça de Cristo, mérito obtido na cruz, imputada historicamente em seu coração pelo Espírito.¹⁰³ Suas boas obras, suas orações e a sua adoração serão aceitas, por causa dessa relação.¹⁰⁴ E como tais devem ser assistidas pela comunidade do Pacto, que é a Igreja, em todos os sentidos, para que tenham as suas necessidades espirituais saciadas e sua fé aumentada e fortalecida pela influência externa da Palavra e exemplo dos santos.

E desta benéfica influência todas as demais partes da *ordo salutis* serão efetivadas como parte das implicações do Pacto sobre a salvação das crianças que são agregados a ele por meio do nascimento natural e que, de modo mais intenso, é também levado a uma experiência de comunhão espiritual e real com Cristo, o Cabeça de todo o Pacto.

Considerações finais

Do que foi dito é possível concluir: (a) o Pacto da Graça implica numa promessa de *salvação* que é estendida aos filhos dos crentes que nascem sob esse pacto; (b) os filhos dos crentes que experimentarão a efetivação dessa promessa são aqueles que, desde a eternidade pela misericórdia e graça de Deus, foram *eleitos*, os quais vivenciarão a plenitude pactual numa viva relação com Deus; (c) as crianças eleitas estão sob constante influência do Espírito Santo, que segundo a sua soberana vontade as *regenera*, implantando

Cristo se une ao pecador antes de regenerá-lo, por meio do Espírito Santo. Este teólogos são: DABNEY, [s.d.], p. 614; HODGE, 2001; e o teólogo batista calvinista STRONG, 2002, p. 510.

¹⁰⁰ BERKHOF, 2003, p. 413-414; HODGE, 2001, p. 1103-1104.

¹⁰¹ DABNEY, [s.d.], p. 614.

¹⁰² CFW, X:iii.

¹⁰³ BERKHOF, 2003, p. 414.

¹⁰⁴ DABNEY, [s.d.], p. 612.

um princípio de nova vida, e as *une misticamente* a Cristo, que lhes garantirá as bênçãos, conquistadas, na cruz para elas.

Referências

BARTH, Karl. *Church Dogmatics*. 4 v. Edimburgo: T. & T. Clark, 1936-1969.

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

BOETTNER, Loraine. *The Reformed Doctrine of Predestination*. Philadelphia: The Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1963.

BREVE CATECISMO DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

CANUTO, Manoel Sales [Ed.]. *O Batismo Infantil: o que os pais deveriam saber acerca deste Sacramento*. Recife: Os Puritanos, 2000.

CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

CLARK, R. Scott. *A Brief History of the Covenant Theology*. Disponível em: <<http://www.ligonier.org/learn/articles/history-covenant-theology/>>. Acesso em: 11 out. 2003.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

CULLMANN, Oscar. *Das origens do evangelho à formação da teologia cristã*. São Paulo: Novo Século, 2000.

DABNEY, Robert Lewis. *Systematic Theology*. Carlisle: The Bunner of Thrut Trust, [s.d.].

DE VAUX, Roland. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003.

FERGUSON, Sinclair B. *O Espírito Santo*. São Paulo: Os Puritanos, 2000.

FRIEBERG, Barbara; FRIEBERG, Timothy. *O Novo Testamento Grego Analítico*. São Paulo: Vida Nova, 1987.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. São Paulo: Vida Nova, 2001.

GRUDEM. Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2001.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: Colossenses e Filemom*. São Paulo: Cultura Cristã, 1993.

HODGE, A. A. *Confissão de Fé de Westminster Comentada*. São Paulo: Puritanos, 1999.

HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001.

JOSEFO, Flávio. *A Guerra dos Judeus Contra os Romanos*. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus: obra completa*. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

KAISER, Walter C. אֱלֹהִים. Em: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR., Gleason; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

KIRST, Nelson (Ed.). *Dicionário Hebraico-Português e Aramaico-Português*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEMPA, William. O conceito de pacto na teologia reformada continental e britânica dos séculos XVI e XVII. In: KCKIM, Donald K. (Ed.). *Grandes temas da tradição reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998. p. 78-90.

KUYPER, Abraham. *The Work of the Holy Spirit*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1941.

LANDS, Philip. *Estudos Bíblicos sobre o Batismo de Crianças*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952.

LEME, Henrique. *O Judeu e o seu Mundo*. Rio de Janeiro: Benai Berith, 1967.

LILLBACK, P. A. Covenant. In: FERGUSON, S. B.; WRIGHT, D. F.; PACKER, J. I. (Eds.). *New Dictionary of Theology*. Downers Grove/Leicester: InterVarsity, 1988.

MORRIS, Henry. *Criação e Evolução*. São José dos Campos: Fiel, 1996.

MÜLLER, Ernest Friedrich Karl. Cocceius. In: JACKSON, Samuel Macauley [Ed.]. *The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*. v. 3. New York: Funk & Wagnalls Co, 1909.

NEWMAN JR., Barclay M. *Concise Greek-English Dictionary of the New Testament*. [s.l.]: The United Bible Societies, 1971.

OLEVIANUS, Gaspar; URSINUS, Zacarias. *El Catecismo de Heidelberg*. Rijswijk: FELiRe, 1993.

PAULA, José João de. *O Pentecoste*. Belo Horizonte: STPRDNE, 2000.

ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos Pactos*. Campinas: Luz para o Caminho, 1997.

SALVADOR, José Gonçalves. *O Didaquê ou O Ensino do Senhor através dos Doze Apóstolos*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1980.

SHEDD, William G. T. *Dogmatic Theology*. v. 1. New York: Charles Scribner's Sons, 1888a.

_____. *Dogmatic Theology*. v. 2. New York: Charles Scribner's Sons, 1888b.

SMALL, Dwight Hervey. *Las Bases Bíblicas para el Bautismo de los Infants*. Grand Rapids: T.E.L.L., 1959.

STRONG, Augustus Hopkins. *Teologia Sistemática*. v. 2. São Paulo: Hagnos, 2002.

VAN GRONINGEN, Gerard. *Revelação Messiânica no Velho Testamento*. Campinas: Luz para o Caminho, 1995.

VAN GRONINGEN, Harriet; VAN GRONINGEN, Gerard. *A Família da Aliança*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

VOS, Geerhardus. *Biblical Theology: Old and New Testament*. Edinbugh: The Banner of the Truth Trust, 2000.

WALL, William. *A História do Batismo Infantil*. [s.l.]: [s.d.].

WATSON, Thomas E. *Bebês devem ser Batizados?* São José dos Campos: Fiel, 1999.